



Dia Internacional de Luta da Mulher

Editorial



Simbolicamente, a APEOESP realiza a sua primeira assembleia de 2017 neste 08 de março, Dia Internacional das Mulheres. É que a reforma da Previdência, um dos principais temas da assembleia e da campanha salarial dos professores, afeta particularmente as mulheres, que são maioria na Educação.

A reforma ameaça direitos conquistados, como a aposentadoria especial do Magistério, e estabelece elevação e equiparação da idade mínima para obtenção do benefício. Lamentavelmente, o ano ainda começou com uma chacina que revelou o embrutecimento do Brasil e os extremos do machismo e do ódio contra o sexo feminino.

A edição 2017 do Boletim das Mulheres aborda estas questões, mas também leva para as escolas histórias de mulheres inspiradoras e uma mensagem muito positiva: os direitos femininos envolvem todos, independente de gênero, raça e classe social, como demonstraram os milhares de manifestantes reunidos nas Marchas de Mulheres, realizadas em diversos países contra a ideologia propagada pela chegada de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos.

Saudadas como a quarta onda do feminismo, as Marchas são um exemplo de que é extremamente importante lutar e acreditar, apesar das circunstâncias desfavoráveis, que podemos construir um mundo melhor.

O Brasil, com o governo ilegítimo de Michel Temer, e muitos outros países atravessam uma fase em que as críticas aos direitos humanos tornaram-se rotineiras, respaldadas por uma visão de mundo antiética e imoral que dá suporte a projetos como o "Escola sem Partido", que tenta censurar os professores principalmente na abordagem de temas como gênero, raça e sexualidade.

Os equívocos em relação a estas questões têm que ser enfrentados desde os bancos escolares. A luta é para que a indignação se converta em mudanças. Boa leitura!

Profª Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

Participe: APEOESP realiza 1ª Assembleia de 2017 no Dia Internacional das Mulheres, no vão livre do Masp.

Reforma da Previdência prejudica mais as professoras

Com o Congresso mais reacionário desde o fim da ditadura, o Brasil enfrenta atualmente uma série de ameaças aos direitos humanos por parte do próprio Legislativo. São 40 propostas, algumas aprovadas em 2016, mas a maioria ainda em tramitação.

Entre estes projetos de leis que podem aprofundar ainda mais a desigualdade social no País, a reforma da Previdência destaca-se porque não atende os interesses da maioria da população brasileira e, explicitamente, abandona o trabalhador para privilegiar o mercado de previdência privada e os grandes empresários.

Para as mulheres, o projeto é ainda mais cruel porque estabelece que a idade mínima de 65 anos deverá ser igual para todos, desconsiderando o fato de que a maioria das brasileiras tem jornada dupla, dividida entre o trabalho fora de casa e os afazeres domésticos.

O sonho da aposentadoria

Para o Magistério, a reforma prevê o fim do direito à aposentadoria especial, também sem considerar o esgotamento físico e emocional decorrente do exercício da profissão nas condições desfavoráveis das escolas públicas.

Quem tem menor renda também será extremamente prejudicado. É que com a redução do valor do benefício, trabalhadores com maior remuneração terão a opção de buscar complementação da aposentadoria junto ao setor privado, inviável para trabalhadores rurais, empregadas domésticas e outras numerosas categorias profissionais mal remuneradas, inclusive os professores.

O aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, somado à informalização do mercado de trabalho e ao envelhecimento da população, tornarão a aposentadoria um sonho muito distante.

Direitos Humanos

Além da questão da Previdência e direitos trabalhistas, o levantamento do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro lista projetos de lei que abordam temas de grande impacto social, como retrocessos na reforma agrária, proibição do casamento homoafetivo, restrição ao atendimento de vítimas de estupro, restrição da liberdade de ensino, redução da maioridade penal, entre outras propostas de retrocesso.

No âmbito escolar, algumas destas propostas - como a do Projeto Escola sem Partido - vão influenciar o debate de gênero nas escolas, dificultando atividades pedagógicas para a promoção da igualdade entre homens

e mulheres e o combate à homofobia.

A pequena representatividade de homossexuais, negros e mulheres nas esferas políticas fragiliza a oposição aos conservadores. A presença feminina no Congresso brasileiro, por exemplo, é inferior a de países do Oriente Médio, frequentemente citados como referência no desrespeito às mulheres.

SUGESTÃO DE AULA: A APEOESP acaba de lançar uma Cartilha, ilustrada pelo cartunista Márcio Baraldi, com explicações didáticas sobre a Reforma da Previdência. Uma versão eletrônica está disponível no site do Sindicato.



APEOESP na luta contra a cultura do estupro



Sindicato dos Professores manifesta repúdio à epidemia de violência contra as mulheres

O trágico episódio da garota que sofreu estupro coletivo no Rio de Janeiro, em maio de 2016, teve repercussão internacional e fomentou protestos, debates e artigos em todo o País. A APEOESP engajou-se na luta contra a "cultura do estupro". A fachada da sede do Sindicato, na Praça da República, ganhou um banner que estampava o comprometimento dos professores e professoras de São Paulo na luta contra o machismo e a violência.

Este episódio, que infelizmente não é único, ilustrou tragicamente a cultura de desqualificação da mulher, já que os próprios criminosos divulgaram vídeo vangloriando-se do estupro, ao lado da vítima entorpecida e ferida.

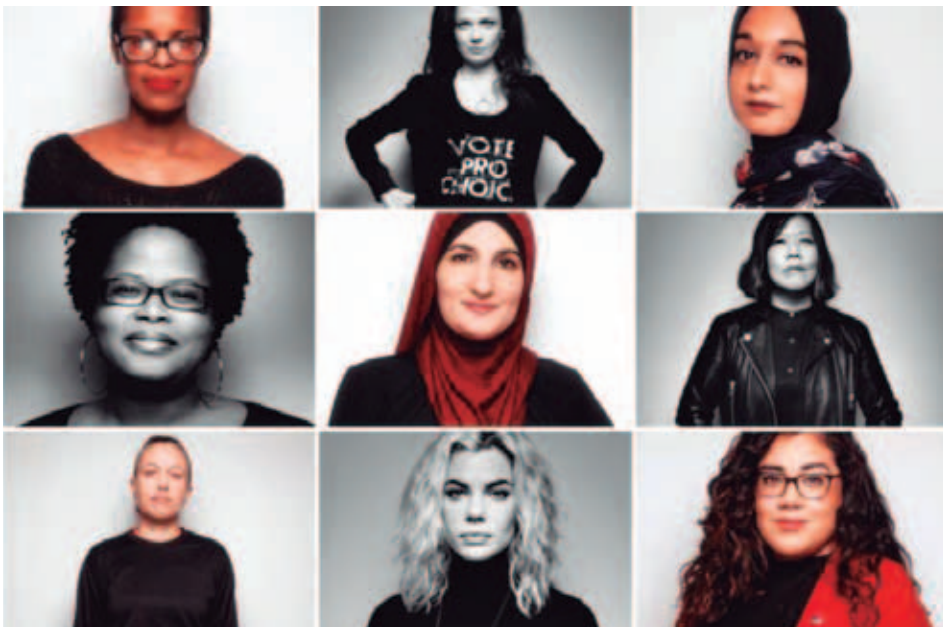
O que é?

De acordo com a ONU Mulheres, o termo cultura do estupro é usado para abordar a forma como a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e até estupro e normaliza o comportamento violento dos homens. Ou seja: quando a violência sexual é aceita e justificada através da culpabilização da vítima, entende-se que há a cultura do estupro.

A ONU Mulheres enfatiza que "nenhum argumento deve normalizar ou justificar atos bárbaros e criminosos".

Século XXI: O feminismo é a **onda**

Clayton Cubbit da @WomensMarch



'Mulheres em Marcha' retrata mulheres de todas raças e classes reunidas nos protestos contra Trump

Mais de 70 países promoveram no dia 21 de janeiro de 2017 a maior manifestação feminista global já realizada. As Marchas de Mulheres contra a chegada de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos foram mais que um ato de solidariedade aos protestos que mobilizaram manifestantes nos 50 estados americanos.

Mulheres e homens protestaram em todo o planeta contra a ascensão de uma ideologia que desrespeita não apenas o sexo feminino, mas também os direitos dos imigrantes e da população LGBT.

Trump, que ofendeu e assediou sexualmente inúmeras mulheres durante sua campanha e trajetória profissional, é apenas o símbolo mais ostensivo do machista do século XXI, que não difere muito dos que historicamente têm disseminado o ódio contra as mulheres.

Com a presença de muitas celebridades e um público maior do que a posse do presidente recém-eleito na Casa Branca, a Marcha já é considerada um marco da quarta onda do feminismo, um movimento conectado a diversas correntes.

"A Marcha das Mulheres simboliza o feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. É nossa resistência contra o racismo, a islamofobia, o anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista", disse a filósofa Angela Davis para os milhares de manifestantes que participaram da Marcha de Washington.

Brasil

No Brasil, costuma-se considerar como ponto de partida da quarta onda, a Marcha das Vadias, realizada pela primeira vez em junho de 2011. Nos últimos anos, o País também é palco de um movimento virtual

de campanhas contra o assédio sexual e a cultura do estupro, como Chega de Fiu Fiú e Primeiro Assédio.

Ainda estigmatizada, a palavra feminista é a 'chave' para entender este movimento. Não por acaso foi repetida milhares de vezes durante o último mês de janeiro em todo o mundo, nos discursos, camisetas, faixas e cartazes das manifestantes, que protestaram contra as declarações humilhantes de Trump, que atingem mulheres, latino-americanos e outros grupos.

Reivindicações

As organizadoras das Marchas de Mulheres têm reivindicações que englobam problemas que afetam a população feminina em todo o Planeta.

O protesto lançou uma plataforma ultra progressista, com questões como a igualdade de remuneração e licença maternidade, o fim da violência contra as mulheres, o fim do encarceramento em massa, a luta pelos direitos LGBT, pelos direitos reprodutivos e contra a deportação de imigrantes e a favor dos refugiados e povos indígenas, entre outros temas.

SUGESTÃO DE AULA: - Confira no site do Instituto Geledés o vídeo e a tradução do discurso da filósofa e ativista Angela Davis, durante a Marcha em Washington DC: www.geledes.org.br

- O livro "Você já é feminista", da jornalista Nana Queiroz, explica a quarta onda do feminismo, uma tendência que apresenta as diversas correntes que conectam todas as mulheres contra o machismo. O livro da Editora Pólen reúne artigos, como o da professora Lola Aromovich, "Saia do armário e se assuma feminista".

O momento é de resistência

Ativistas do Brasil e da América Latina estiveram reunidas no Seminário Diálogos Mulheres em Movimento - Direitos e Novos Rumos, que aconteceu entre os dias 25 e 27 de janeiro, no Rio.

Organizado pelo Fundo Elas, em parceria com a ONU Mulheres e outras entidades internacionais, o encontro ressaltou a importância das mobilizações feministas contra os retrocessos impostos aos direitos das mulheres, no Brasil pelo governo de Michel Temer, e também foi um momento de mobilização para que todos participem das greves e outros movimentos em defesa da democracia e contra o desmonte das políticas públicas.

A Educação foi um dos principais temas do Seminário, que teve a participação da estudante paranaense Ana Júlia Ribeiro, cujo protesto contra a reforma do Ensino Médio, na Assembleia Legislativa do Paraná, viralizou-se.

Para a representante da ONU Mulheres, Nadine Gasman, apesar do momento desfavorável, há uma redefinição das forças políticas progressistas e emancipatórias no País.

"No Brasil, temos visto nos últimos anos a resistência dos movimentos de mulheres na defesa dos seus direitos e na luta pela educação pública e contra as discriminações de gênero, raça e etnia", acredita Nadine.

Durante o Seminário, a representante da Marcha das Mulheres Negras, Regina Adami, falou sobre a criação do Comitê Nacional com ativistas de 22 estados. "Depois de toda a tragédia a que o Brasil foi submetido, com golpe e usurpação do poder temos que reforçar nossa luta, porque há um desmonte da proteção social, que atinge as mulheres negras de uma forma muito perversa", alerta Adami.

Na imprensa: novas mídias - **velhos conceitos**



Eu vejo o futuro repetir o passado / Eu vejo um museu de grandes novidades
"O tempo não para" - Cazusa em 1988.

Há aproximadamente um século, as mulheres que lutavam pelo direito ao voto feminino eram vítimas de desprezo, sarcasmo e piadas machistas de todo o tipo. Em um fenômeno difícil de explicar, o desrespeito à liberdade e igualdade feminina tornou-se banal em pleno século XXI.

O Boletim das Mulheres da APEOESP destaca aqui algumas notícias recentes que revelam que o retrocesso ameaça conquistas e estabelece papéis estereotipados para mulheres e outros grupos historicamente discriminados.

✓ Cotado para o STF defende que mulher obedeça ao marido - Folha de S. Paulo (25.01.2017)

✓ Polícia de São Paulo vê aumento de movimentação neonazista - BBC Brasil (18.01.2017)

✓ Melania Trump, Marcela Temer e a imagem da mulher enfeite - O Estado de S. Paulo (09.11.2016)

✓ Escola de princesas ensina etiqueta, culinária e organização da casa - O Estado de S. Paulo (12.10.2016)

✓ Racismo no Brasil choca relatora da OEA sobre direitos das mulheres e afrodescendentes - Agência Patrícia Galvão (05.10.2016)

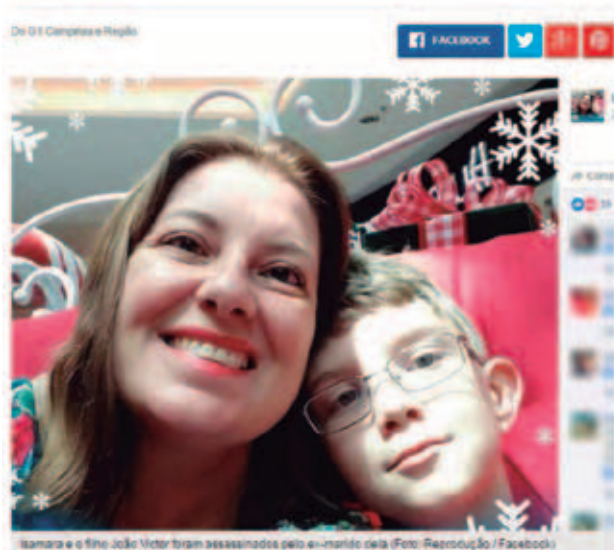
✓ Marcela Temer: bela, recatada e "do lar" - Veja (18.04.2016)

O machismo atrás da tragédia anunciada

Reprodução GT

ONU vê 'misoginia' e aponta chacina em Campinas como crime de gênero

ONU Mulheres manifestou repúdio e pediu ações de políticas públicas. No réveillon, Sidnei Ramis de Araújo matou ex-mulher, filho e mais dez.



Chacina que deixou 12 mortos teve repercussão internacional

O ano de 2017 teve os seus primeiros minutos marcados por um massacre que deixou 12 mortos em Campinas; entre eles, nove mulheres e uma criança de 8 anos. Sidnei Ramis de Araújo invadiu a casa onde sua ex-mulher celebrava o Ano Novo com a família e atirou, com pontaria certa sobre as mulheres presentes à festa.

Cartas e áudios deixados pelo assassino, que suicidou-se após o massacre, são expres-

sões quase literais do ódio disseminado nas redes sociais. Sidnei chama a ex-mulher Isamara Filier de vadia, por ela ter conseguido a guarda do seu filho, em um processo judicial, que revelou inclusive acusações de abuso sexual da criança pelo pai.

Maria da Penha

Enquadrado na Lei Maria da Penha, Sidnei utiliza dezenas de vezes a palavra vadia para descrever as mulheres, na carta de oito páginas escrita na tentativa de justificar a chacina que iria praticar.

O assassino refere-se à lei de proteção às mulheres, sancionada em maio de 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como "lei vadia da penha"

e avisa que vai "pegar o máximo de vadias da família juntas".

"O pensamento de Sidnei é uma expressão sociológica clara do que nos transformamos, graças à ação de grupos de extrema-direita, visando seus interesses políticos", lamentou o psiquiatra Manoel Olavo em artigo publicado pela Carta Capital, no dia 04 de janeiro.

Portais de notícias como El País e BBC,

que não estão sediados no Brasil, noticiaram os requintes de misoginia do crime hediondo.

Ódio

Como se fosse uma personificação dos milhares de comentaristas anônimos da Internet, o assassino apresenta em sua carta todos os valores retrógrados que tomaram conta do País, especialmente durante o ano de 2016, e revela não apenas o seu ódio contra à ex-mulher, mas desprezo ao feminismo, à democracia e aos direitos humanos e enaltece a violência em trechos como 'os homens não batem na mulher sem motivo! Alguma coisa elas fazem para irritar o agressor. O cara não vai lá dar porrada à toa!'

O papel da sociedade, especialmente da Internet, na bárbarie foi fartamente dissecado por especialistas. "Há o que parece ser um incômodo sobre a conquista de direitos dos outros - e aqui falo especificamente sobre a mulher. A psicanálise explica por que essa conquista incomoda tanto alguns grupos da sociedade", avalia o colunista da Folha de S.Paulo, Contardo Calligaris, em entrevista à BBC Brasil.

Tragicamente, as mortes anunciadas do massacre de Campinas são apenas um dos destaques sobre a violência brutal no País. Houve também o caso do vendedor espancado até a morte por defender uma travesti, vítima de ataques homofóbicos em São Paulo, e os massacres nos presídios, elogiados em manifestações coletivas de intolerância.

Presas são vítimas de esquecimento

Rebeliões, fugas e mortes bárbaras nos presídios do País tornaram-se notícia banal nos últimos meses. Todos os casos aconteceram em presídios masculinos, que representam 75% do sistema carcerário brasileiro.

As mulheres, que até agora não participaram de rebeliões, estão em 7% de unidades exclusivamente femininas e em 18% de presídios mistos e são vítimas, ainda mais invisíveis do que os homens, da política de encarceramento desumano praticado no Brasil.

Apenas em 2014, o Departamento Penitenciário Nacional realizou a primeira pesquisa sobre as mulheres encarceradas, que somam quase 37 mil em todo o País. O Brasil tem hoje a quinta maior população carcerária feminina do mundo. São jovens, negras e de baixa escolaridade, em sua maioria.

Nos últimos 15 anos, a detenção de homens aumentou 220%, enquanto a de



Cena do documentário Mães do Cárcere, produzido em 2011 pela Pastoral Carcerária. mulheres subiu 567%. O Informativo do Departamento Penitenciário revela ainda que a posição de colaboradoras do tráfico de drogas é o crime cometido por 60% das detentas.

A maioria das encarceradas poderia cumprir penas alternativas ou em presídios que possibilitassem um trabalho sócio recuperativo. Como isso não acontece, são amontoadas em celas insalubres, não têm acesso a absorventes e outros produtos de higiene

e há denúncias de grávidas algemadas e sem assistência médica e até de presidiárias que foram estupradas, por terem sido trancadas na mesma cela que homens.

Visitas

No Estado de São Paulo, a Promotoria de Justiça de Direitos Humanos investiga ainda o procedimento da revista íntima vexatória, proibido legalmente desde 2014. Segundo denúncias, visitantes de presos são obrigados a tirar a roupa e a fazer sequências de agachamentos, de frente e de costas, supostamente com o objetivo de verificar se carregam dentro do corpo objetos ilícitos.

A Defensoria Pública de São Paulo recebe denúncias desta e de outras violações aos direitos humanos nos presídios e tem um programa voltado para o atendimento das mulheres presas, que estejam grávidas ou já sejam mães.

Protestos de alerta à intolerância

Movimentos e coletivos que defendem os direitos das mulheres realizaram, na primeira semana de 2017, manifestações em memória às vítimas do massacre de Campinas

"Estamos vendo um avanço das ideias conservadoras no Brasil e isso tem contribuído para que pessoas defendam a prática da violência e até justifiquem a ação desse assassino", lamentou a representante da CUT Mulheres de Campinas, Patrícia Leão, em entrevista à Rádio Brasil Atual.

Além dos direitos trabalhistas, os avanços nos direitos das mulheres, dos negros e da população LGBT são alvos de constantes ataques de grupos conservadores, no Legislativo, na imprensa e na Internet.

A Lei do Femicídio, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff em 2015, estabelece que o assassinato de mulheres seja considerado crime hediondo, sujeito a penas mais rígidas. Mas, a ação jurídica mais conhecida para garantir a proteção social das mulheres é a Lei Maria da Penha, que prevê, inclusive, que os currículos escolares abordem conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e à violência contra a mulher.

SUGESTÃO DE AULA: Para promover a igualdade de gênero em escolas e universidades, a ONU Mulheres lançou uma série de currículos e planos de aula sobre a questão. As aulas abordam os seguintes temas: sexo, gênero e poder; violências e suas interfaces; estereótipos de gênero e esportes; estereótipos de gênero, raça/etnia e mídia; estereótipos de gênero, carreiras e profissões; diferenças e desigualdades; e vulnerabilidades e prevenção. O material pedagógico pode ser acessado gratuitamente em Língua Portuguesa, através do site www.onu-mulheres.org.br.



Inspiração: histórias de superação e sucesso



Donas da rua: mulheres contam histórias de resistência e sucesso no site

Marcado pelas contradições, o início do século XXI traz para as mulheres, além de uma série de problemas históricos não resolvidos, autonomia, liderança e visibilidade jamais vistas. Na Educação, o Brasil terá sua primeira equipe na European Girls' Mathe-

matical Olympiad, a Olimpíada Europeia de Matemática, que acontece no próximo mês de abril em Zurique, na Suíça.

E este é apenas um exemplo de milhares de histórias de sucesso feminino que estão acontecendo no País, apesar do advento conservador. Até a Mônica, personagem criada em 1963 cuja principal característica é a força e liderança, uniu-se à ONU Mulheres em um projeto focado no talento e empreendedorismo de meninas e mulheres.

O Boletim das Mulheres da APEOESP faz aqui um painel semelhante, voltado especialmente aos professores e professoras.

Primeira-dama: Respeito e luto

“Uma trabalhadora que nunca fez mal a ninguém, Marisa Letícia, agonizava, e um pannelação irrompeu em torno do hospital. Médicos, blogueiros e publicitários insuflaram agressões bestiais”, resumiu o jornalista Mario Sergio Conti sobre a agonia final da ex-primeira-dama Marisa Letícia, que faleceu no dia 02 de fevereiro, vítima de AVC.

O relato refere-se aos ataques de ódio contra a esposa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alvo de intensa perseguição judicial, no último ano. Em março de 2015, Dona Marisa, como era conhecida, teve a sua casa revirada durante uma ação de busca e apreensão, na qual policiais federais vasculharam até sua geladeira e apreenderam ipads dos netos.

Em outro episódio de profundo desrespeito à privacidade e dignidade humana, a ex-pri-

meira-dama viu um telefonema com um dos seus quatro filhos, no qual nada de relevante foi tratado, ganhar manchetes. O telefone havia sido grampeado e a conversa despreziosa com o filho foi o único ‘escândalo’ descoberto pelos investigadores.

Na despedida à esposa, o ex-presidente mencionou ‘os fascinoras que levantaram leviandades contra Marisa’, a mulher que era inspetora de alunos em um colégio estadual, quando conheceu Lula no Sindicato dos Metalúrgicos. A ex-primeira dama de 66 anos começou a trabalhar aos 9 anos como babá e, seguiu aos 13, em uma fábrica, em São Bernardo do Campo.



Lute como uma menina!



Na luta contra a reorganização, coragem para enfrentar a truculência policial

São imagens de cinegrafistas e fotógrafos que cobriram o movimento contra a reorganização para sites como Jornalistas Livres e Rede Brasil Atual, da qual a APEOESP é apoiadora. O documentário, dirigido por Beatriz Alonso e Flávio Colombini, está disponível no Youtube, para estimular o movimento em defesa da educação pública.

O documentário ‘Lute como uma Menina’ retrata as ocupações de escolas em São Paulo, em 2015, com foco na atuação feminina em doze escolas estaduais. Iniciada em Diadema, na Grande São Paulo, a luta contra a reorganização escolar imposta pelo Governo Ackmin chamou atenção pelo ativismo das secundaristas e pelo enfrentamento da violência policial.

A pintora Anita Malfatti, as cientistas do filme Estrelas Além do Tempo, a atriz Laura Cardoso e as cantoras Rita Lee e Clementina de Jesus são algumas das mulheres protagonistas de exposições, projetos pedagógicos, filmes e biografias.

Conheça um pouco dessas histórias, em um roteiro que garante reflexão, cultura e lazer.



Auto-retrato de Anita Malfatti

O Museu de Arte Moderna de São Paulo celebra os cem anos da primeira exposição modernista no Brasil, realizada em 1917 com obras de Anita Malfatti. A pintora é considerada a personalidade historicamente mais importante do movimento de 1922. A exposição no MAM reúne pinturas e desenhos que Anita produziu ao longo da sua trajetória artística. Confira Anita Malfatti: 100 Anos de Arte Moderna, no Pavilhão do Ibirapuera.

Vencedor da principal categoria do Prêmio do Sindicato dos Atores dos Estados Unidos, Hidden Figures conta a história de um grupo de matemáticas e engenheiras negras, que atuou em alguns dos maiores sucessos da Nasa, a agência espacial norte-americana.

O filme, lançado no Brasil com o título de Estrelas Além do Tempo, é baseado no livro da escritora Margot Lee Shetterly sobre as mulheres que ocupavam o cargo de computadoras da Nasa, responsáveis, por exemplo, pelos complexos cálculos da viagem à Lua, realizada em 1969. As integrantes deste primeiro grupo de “computadoras” negras eram obrigadas a trabalhar separadas das mulheres brancas e a usar banheiros diferentes.



Este ano, as exposições da série Ocupação do Itaú Cultural serão dedicadas a mulheres que são referência no mundo das artes. A atriz Laura Cardoso, que completa 90 anos em 2017, é a primeira homenageada, em uma exposição que reúne fotografias, textos, publicações e documentos que retratam sua atuação no rádio, cinema, teatro e televisão.

Com mais de 50 anos de carreira, Rita Lee lançou sua autobiografia, que aborda, além da composição de ícones do rock nacional, temas como estupro e excesso de drogas. A carreira de projeção internacional começou na Banda ‘Os Mutantes’, na década de 60.



Em um dos trechos mais dramáticos do livro, a cantora revela o estupro que sofreu na infância. Símbolo do movimento feminista, Rita criou dois ‘hinos’ que retratam diferentes lutas das mulheres brasileiras; em 1984, escreveu com Roberto de Carvalho, Cor de Rosa Choque e, em 2004, com Zélia Duncan, Pagu.



“Quelé, a Voz da Cor: Biografia de Clementina de Jesus” é o primeiro livro documentado sobre a vida da sambista, cujo talento foi revelado aos 63 anos de idade, depois de ter trabalhado durante décadas como empregada doméstica. Neta de escravos, Clementina entoava cânticos africanos que fascinaram os maiores nomes da MPB e a levaram ao Festival de Cannes, na França. A biografia de Clementina de Jesus foi editada pela Civilização Brasileira.



Dirigentes responsáveis:
Maria Izabel Azevedo Noronha
 Presidenta da APEOESP
Fábio Santos fr Moraes
 Vice-presidenta
Roberto Guido
 Secretário de Comunicações
Silvio de Souza
 Secretário de Comunicações Adjunto
Suely Fátima de Oliveira
 Secretária para Assuntos da Mulher
Eliana Nunes dos Santos
 Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta

Conselho Editorial
Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Silvio de Souza
Leandro Alves Oliveira
Fábio Santos Silva
Rita de Cássia Cardoso
Ezio Expedito Ferreira Lima
Luiz Gonzaga José
Maria Sufaneide Rodrigues
Francisco de Assis Ferreira
Zenaide Honório

Texto e edição:
 Ana Maria Lopes - MTb 23.362

Produção:
 Secretária de Comunicações da APEOESP

Tiragem: 15 mil exemplares